

Ata da primeira sessão ordinária do primeiro período legislativo da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, realizada no dia 25 de fevereiro de 2026. No salão do plenário rosa feliz pereira, observou-se que a mesa não está composta. Sob a presidência da vereadora Andreia Veiga, Vereadora Roberta Araújo (primeira secretária). Vereador Osvaldo Alves (segundo secretário). A presidente Andreia Veiga, solicitou que a primeira secretária, a vereadora, Roberta Araújo, a realizar a chamada dos edis presentes: Andreia Veiga, Edson Farias, Edson Sousa, Roberta Araújo, Osvaldo Alves, Branco Manga, Drô Alfaia, Izanides Filho, Marcos Paulo, contactou-se a ausência do vereador Kennedy Santana, por motivos de chuva não conseguiu chegar na presente sessão, mas estava a serviço do legislativo, vereador Walter Oeiras, está em atendimento médico. Havendo o número legal, a presidente declarou aberta a sessão ordinária do dia de hoje, Invocando a proteção de Deus em nome do povo Oeirense declarou aberta a presente sessão. A presidente Andreia Veiga convidou os demais vereadores a realizar uma oração. Deu início conforme a disciplina o Regimento Interno desta Casa, com a apresentação do expediente, destinado à leitura de documentos de qualquer origem. Ressalta-se que durante todo o tempo da sessão, permanecera à disposição dos parlamentares e demais presentes, a Bíblia Sagrada, a Constituição Federal é Estadual, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Câmara Municipal. Ordem do Dia Passou-se à discussão e votação da ata da sessão ordinária da 29ª do dia 10 de dezembro, em conjunto com a 5ª, 6ª e 7ª sessões extraordinárias realizada no dia 22 de dezembro de 2025, conforme determina o Regimento Interno desta casa. A ata foi colocada em discussão e todos os vereadores votaram pela aprovação. A Presidente Andreia Veiga solicitou à Senhora Secretária da Mesa que procedesse à leitura da matéria dos expedientes, obedecendo à seguinte ordem: Expedientes oriundos do Poder Executivo, Expedientes oriundos de outras origens, Expedientes apresentados pelos vereadores. Com a palavra, sua Excelência a Vereadora Roberta Araújo: Expediente oriundo do Legislativo. Projeto de lei do Legislativo nº 001/2026, de 24 de fevereiro de 2026, de autoria da mesa diretora, a qual reconhece a abertura da pesca como evento tradicional do município de Oeiras do Pará, institui a Semana Municipal da Abertura da Pesca e da outras providências. Projeto de lei do Legislativo nº 002/2026, de 24 de fevereiro de 2026, de autoria do vereador Kennedy Santana, o qual dispõe sobre a comercialização, consumo, permanência, circulação ou disponibilização de bebidas em embalagens de vidro não retornáveis em praças públicas e praias do município de Oeiras do Pará e da outras providências. Requerimento nº 001/2026, GVMPL, de autoria do vereador Marcos Paulo Leitão, o qual requer que seja realizada uma audiência pública no dia 14/03, às 9 horas, no plenário deste poder legislativo, para tratar sobre a má prestação do serviço pela concessionária Equatorial Energia, objetivando responder aos anseios da população oeirense, que clama por serviço mais estável e adequado, com transparência e providências efetivas. Indicação nº 001/2026, GVES-CMOP, de autoria do vereador Edson Sousa, o qual indica ao Poder Executivo Municipal, a adoção de providências administrativas em regime de colaboração institucional para reforçar o atendimento e agilizar a emissão de históricos e certificados escolares do ensino médio, rede estadual, mediante a articulação do Poder Executivo Municipal junto à Seduc, órgão regional competente, e, se viável, apoio temporário do município com a concessão de dois servidores públicos municipais. Indicação nº 002/2026, GVES-CMOP, de autoria do vereador Edson Sousa, o qual indica ao



Poder Executivo Municipal a manutenção da ponte de concreto da avenida 15 de novembro, perímetro compreendido no bairro do Marituba. Indicação nº 001/2026, GVIF-CMOP, de autoria do vereador Izanides Filho, o qual indica ao Poder Executivo Municipal a aquisição e disponibilização de poltronas reclináveis para acompanhantes em leitos de internação ou observação no Hospital de Pequeno Porte de Oeiras do Pará. Feita a leitura, Excelência. Pequeno expediente: palavra foi facultada aos vereadores pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos. Com a palavra, o Vereador Edson Farias: Cumprimentou a Senhora Presidente, os demais pares e o público presente, e informou que utilizava o Pequeno Expediente para propor aos nobres vereadores, com o apoio da Mesa Diretora e da Assessoria Jurídica desta Casa, a realização de estudo visando à reforma do Regimento Interno da Câmara Municipal. Destacou a necessidade e a urgência da referida atualização normativa, ressaltando que a matéria já foi discutida no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, da qual é membro, juntamente com os demais integrantes, tendo havido consenso quanto à importância da iniciativa. Ressaltou que não é salutar que o Poder Legislativo, responsável pela elaboração e aprovação das leis municipais, mantenha seu próprio Regimento Interno desatualizado. Citou, como exemplo, o artigo 2º do Regimento, que dispõe sobre o retorno dos trabalhos legislativos em 15 de fevereiro, prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente em caso de feriado. Observou que tal disposição diverge do artigo 57 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 50/2006, que estabelece o retorno das atividades legislativas em 14 de fevereiro, ressaltando que os demais Poderes observam essa determinação, ao contrário desta Casa. Mencionou ainda a existência de contradições internas no próprio Regimento, especialmente quanto ao tempo destinado às sessões ou manifestações específicas, havendo dispositivos que estabelecem o prazo de 3 (três) minutos e outros que fixam 20 (vinte) minutos para a mesma finalidade. Diante disso, propôs a realização de reuniões periódicas para estudo sistemático do Regimento Interno, sugerindo, a título exemplificativo, encontros às quartas-feiras, das 14h30 às 16h30, ou em outro dia e horário que melhor atenda aos vereadores e servidores da Casa. Sugeriu que o texto seja analisado artigo por artigo, oportunizando a todos os parlamentares e interessados a apresentação de sugestões, esclarecimento de dúvidas e proposição de alterações adequadas à realidade atual do Poder Legislativo Municipal. Informou que a Procuradora do Município, Dra. Iraneide, já manifestou disponibilidade para auxiliar tecnicamente nos trabalhos, considerando sua experiência e conhecimento na área do Direito Municipal. Por fim, ressaltou que, ao longo de seus quase 18 anos de mandato, tem reiteradamente defendido a necessidade de reforma do Regimento Interno, manifestando confiança de que, neste momento, a Casa poderá avançar na concretização dessa importante atualização normativa. Agradeceu a atenção dos pares e encerrou sua fala, retornando a palavra à Presidência. Com a palavra, o Vereador Drº Alfaia: Cumprimentou a Senhora Presidente, os demais vereadores e todos os presentes. Informou que utilizava o Pequeno Expediente para prestar homenagem póstuma ao senhor Josiel de Jesus Maciel, falecido no dia 31 de janeiro, vítima de ato violento, fato que causou grande comoção no Município. Destacou que teve a honra de conhecê-lo mais de perto no âmbito desta Casa Legislativa, ressaltando tratar-se de pessoa especial, cuja amizade foi construída de forma verdadeira e sincera, motivo pelo qual sua partida lhe causa profunda tristeza e consternação. Relatou que a

lembrança do ocorrido ainda lhe provoca forte emoção. Enfatizou que a violência que vitimou Josiel é uma realidade que atinge toda a sociedade, podendo alcançar qualquer cidadão, razão pela qual manifestou o desejo de que a Justiça apure rigorosamente os fatos e responsabilize os autores do crime. Ressaltou as qualidades pessoais do homenageado, descrevendo-o como homem de bom coração, trabalhador, dedicado à família e à construção de seu patrimônio por meio do esforço próprio. Recordou que Josiel tinha sonhos e projetos voltados ao desenvolvimento de Oeiras do Pará, tendo concorrido ao cargo de Vereador e, posteriormente, a Vice-Prefeito, sempre com o propósito de contribuir para a melhoria do Município. Afirmou que, embora sua trajetória tenha sido interrompida, os sonhos e as sementes por ele plantadas permanecem vivos no coração daqueles que o conheceram. Apresentou condolências à esposa, aos familiares e amigos, sugerindo, inclusive, que o Poder Público possa futuramente prestar justa homenagem à sua memória, atribuindo seu nome a logradouro público ou instituição de ensino, como forma de reconhecimento por sua história e contribuição à comunidade. Encerrando, desejou que descanse em paz e reiterou seus votos de pesar à família enlutada. Grande expediente, palavra facultado aos vereadores com o prazo máximo de 20 minutos. Com a palavra, o Vereador Marcos Paulo: Cumprimentou a Senhora Presidente, Vereadora Andreia Veiga, os demais pares, os servidores da Casa e todos os presentes. Registrou as ausências dos vereadores que não puderam comparecer por motivo de saúde ou força maior, mencionando, em especial, o Vereador Kennedy, desejando-lhe pronto restabelecimento. Manifestou sua satisfação em iniciar mais um ano legislativo, destacando que 2026 será um ano de novos trabalhos, metas e desafios, expressando o desejo de que seja um período de conquistas para todos que diariamente se dedicam ao desenvolvimento do Município. Agradeceu aos servidores da Câmara Municipal desde a recepção até os setores administrativos, equipe da cozinha e Procuradoria da Mulher ressaltando que todos contribuem de forma significativa para o bom funcionamento desta Casa Legislativa. Cumprimentou ainda os ouvintes das rádios locais, os cidadãos que acompanham a sessão pelas redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube), bem como os moradores das ilhas, da zona rural e da BR. Dirigiu um cumprimento especial aos seus pais, especialmente à sua mãe, pelo apoio e acompanhamento de seu trabalho. Prestou homenagem póstuma ao senhor Josiel de Jesus Maciel, ex-vereador e ex-presidente desta Casa, destacando sua trajetória como professor, parlamentar e cidadão comprometido com o desenvolvimento do Município. Manifestou solidariedade à mãe, à esposa, aos filhos e a todos os familiares, ressaltando a importância de sua contribuição para Oeiras do Pará. Na sequência, informou que mantém expectativas positivas para o ano de 2026, enfatizando a importância de parcerias institucionais. Agradeceu ao Vereador Branco Manga pela articulação que possibilitou agenda junto à Deputada Estadual Andreia Charão, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, oportunidade em que foi consolidada parceria em benefício do Município. Comunicou que, por meio dessa articulação, a Deputada destinou o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a área da saúde, ressaltando a relevância do investimento, considerando as demandas e os altos custos de equipamentos, insumos e medicamentos. Agradeceu à parlamentar pelo compromisso com o Município e afirmou que continuará trabalhando para fortalecer essa parceria. Informou, ainda, que no dia 10 de abril será realizada Ação de Cidadania no Município, em parceria com a Deputada.

Andreia Charão e os Vereadores Branco Manga e Marcos Paulo. A ação ofertará diversos serviços à população, como emissão de documentos (Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, registros de nascimento e casamento, segundas vias), além de atendimentos médicos e outros serviços que serão amplamente divulgados. Convidou a população a participar da referida ação e solicitou o apoio da Presidência e da Mesa Diretora para a realização do evento, a fim de garantir a oferta dos serviços à comunidade. Dando continuidade à sua fala, o Vereador destacou que, na tarde daquela semana, foi realizada no Município a Jornada Pedagógica, evento de grande relevância para a educação municipal, voltado ao planejamento das atividades escolares para o ano letivo. Informou que participou da abertura do evento, não podendo permanecer nos demais dias em razão de compromissos previamente assumidos, mas ressaltou a importância da iniciativa para o fortalecimento da educação local. Registrou que a Jornada teve como tema: "Pedagogia da presença e do pertencimento: tecendo redes de apoio e aprendizagem nos territórios pluriversos de Oeiras do Pará". Refletiu sobre o tema, destacando que o Município possui diversas realidades territoriais e sociais, abrangendo povos e comunidades tradicionais, como populações ribeirinhas e quilombolas, entre outras. Enfatizou que, quando a política educacional reconhece essas especificidades e promove um olhar inclusivo e acolhedor, os estudantes se sentem pertencentes, valorizados e melhor assistidos, o que contribui significativamente para a melhoria do processo de aprendizagem. Parabenizou toda a comunidade educacional professores, coordenadores pedagógicos, especialistas e demais profissionais pelo empenho na organização do evento e pelo trabalho de planejamento interno que antecede o reinício das aulas, previsto para o dia 2, visando garantir um início de ano letivo estruturado e eficiente. Na sequência, abordou tema de grande repercussão nas redes sociais e na comunidade em geral, relacionado ao fornecimento de energia elétrica no Município pela concessionária Equatorial Energia. Destacou que, desde a instalação do sistema de energia, o Poder Legislativo tem recebido inúmeras reclamações da população acerca de oscilações e quedas frequentes no fornecimento, bem como de danos causados a aparelhos elétricos. Ressaltou que esta Casa foi parceira no processo de instalação da concessionária no Município, tendo aprovado projeto que autorizou a doação de terreno para sua implantação, decisão que à época gerou debates e divergências entre os parlamentares. Diante das recorrentes reclamações, informou que protocolou requerimento solicitando à Mesa Diretora a convocação de audiência pública para debater a situação, com a presença de representantes da Equatorial Energia, técnicos responsáveis, Ministério Público, Poder Judiciário e demais órgãos competentes, a fim de prestar esclarecimentos à população e buscar soluções para os problemas apresentados. Salientou que a audiência será oportunidade para esclarecer, entre outros pontos, os procedimentos para solicitação de ressarcimento por danos a equipamentos elétricos, bem como as providências que estão sendo adotadas para melhorar a qualidade do serviço. Em aparte, outro vereador relatou que, em visita à BR-422, na Vila da Estrada, juntamente com equipe do Departamento de Água, constatou que as frequentes quedas de energia ocasionaram a queima de bomba do sistema de abastecimento, resultando em prejuízos significativos ao Município, estimados em mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), reforçando a importância da realização da audiência pública. O orador agradeceu o aparte, reiterou a relevância do requerimento.



apresentado e informou que procederá à leitura formal do documento, iniciando com o tratamento protocolar à Excelentíssima Senhora Presidente. O Vereador procedeu à leitura do seguinte requerimento: Dirigiu-se à Excelentíssima Senhora Presidente e aos Nobres Vereadores da Câmara Municipal de Oeiras do Pará e, nos termos do artigo 70, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, passou a expor e, ao final, requerer. Fundamentou o pedido com base no artigo 6º da Lei Orgânica do Município de Oeiras do Pará, que assegura à população, como compromisso social, direitos essenciais, dentre os quais educação, trabalho, cultura, moradia, assistência, proteção à maternidade, à gestante, à infância, à juventude, à saúde e à segurança, garantias que traduzem a busca por uma existência digna. Destacou que o fornecimento de energia elétrica constitui condição essencial para a efetividade dos serviços públicos, das atividades econômicas e das rotinas domésticas, impactando diretamente a saúde, a segurança e o bem-estar social, sendo indispensável assegurar à comunidade oeirense serviço regular, contínuo e adequado. Ressaltou que, diante das frequentes quedas de energia, oscilações e interrupções no fornecimento, moradores e empreendedores locais têm relatado prejuízos decorrentes da queima de eletrodomésticos e equipamentos, tanto em residências quanto em estabelecimentos comerciais, ocasionando danos econômicos, transtornos coletivos e comprometimento de atividades essenciais. Registrou que o tema já motivou mobilizações populares e manifestações públicas, evidenciando a necessidade de debate institucional, com esclarecimentos técnicos, definição de medidas e encaminhamentos, inclusive quanto aos direitos dos usuários, à obrigação da concessionária de manter serviço adequado e aos mecanismos de resposta e ressarcimento em caso de danos. Diante do exposto, com fundamento no artigo 112 do Regimento Interno, requereu à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 14 de março de 2026, às 9h, no Plenário do Poder Legislativo, para tratar da má prestação do serviço pela concessionária Equatorial Energia, objetivando responder aos anseios da população oeirense, que clama por serviço mais estável, adequado, transparente e com providências efetivas. Requereu, ainda, que sejam expedidos convites à concessionária Equatorial Energia, ao Poder Executivo Municipal, ao representante do Ministério Público, ao Poder Judiciário, bem como às demais autoridades, órgãos competentes e representantes da sociedade civil organizada, a fim de contribuir com esclarecimentos e propostas para o enfrentamento das demandas apresentadas. Finalizou declarando: "É o requerido". Câmara Municipal de Oeiras do Pará, 24 de fevereiro de 2026. Marcos Paulo Leitão – Vereador. Após a leitura, solicitou o apoio dos nobres pares para aprovação do requerimento, ressaltando que, caso necessário, a data poderá ser ajustada de comum acordo, considerando a disponibilidade dos convidados. A Presidência informou que a Mesa Diretora providenciará a expedição de ofício à concessionária, sugerindo a data indicada, aguardando confirmação para posterior divulgação oficial à sociedade e às autoridades convidadas. Por fim, o Vereador agradeceu a atenção de todos, bem como o apoio recebido ao seu mandato, encerrando sua manifestação. Com a palavra, o Vereador Osvaldo Alves: Cumprimentou a Senhora Presidente, os demais membros da Mesa Diretora, os vereadores, o público presente, os ouvintes das rádios locais, tanto da cidade quanto da zona rural, bem como aqueles que acompanham a sessão pelas redes sociais. Agradeceu a Deus pela oportunidade de estar representando o povo de Oeiras do Pará e manifestou gratidão às pessoas

que, nos momentos difíceis, permaneceram ao seu lado oferecendo apoio e solidariedade. Informou que, desde o mês de outubro do ano anterior, vinha refletindo sobre o que diria na primeira sessão ordinária do ano legislativo, buscando sabedoria e serenidade para se pronunciar acerca de fato ocorrido em 16 de outubro do ano passado. Relatou que, na referida data, por volta das 5h30 da manhã, recebeu em sua residência autoridades policiais para cumprimento de mandado de busca e apreensão, decorrente de denúncia da qual afirmou não ter conhecimento prévio. Declarou que colaborou integralmente com as autoridades competentes, seguindo todos os procedimentos legais. Manifestou surpresa ao tomar conhecimento da origem da denúncia, ressaltando que sempre agiu de boa-fé e manteve postura de respeito e colaboração com as instituições. Afirmou que a acusação não se sustentou e foi revertida no dia seguinte, reforçando que mantém sua consciência tranquila quanto à sua conduta pessoal e pública. Destacou que qualquer cidadão pode ser vítima de denúncia caluniosa, razão pela qual considera importante que os fatos sejam apurados com responsabilidade e cautela. Reafirmou sua confiança nas instituições e declarou que sempre se colocou à disposição da Justiça para quaisquer esclarecimentos necessários. Enfatizou que sua atuação como vereador é pautada pelo compromisso com o bem-estar do Município e com a população que representa, afirmando que tudo o que realiza é em benefício da coletividade e das pessoas que mais necessitam. Reiterou sua fé, sua confiança na verdade e seu compromisso de continuar exercendo o mandato com responsabilidade, serenidade e dedicação ao povo de Oeiras do Pará. Dando continuidade à sua manifestação, o Vereador ressaltou que sempre manteve contato direto com a população, encontrando diariamente os cidadãos nas feiras, nas ruas e nas residências, mantendo diálogo aberto e acessível. Destacou que, antes de exercer o mandato, já era morador do Município, conhecendo de perto as dificuldades enfrentadas pela comunidade, assim como os demais parlamentares. Afirmou que sempre lutou para que a sociedade oeirense seja valorizada, de modo que cada cidadão possa sentir orgulho de viver no Município. Reiterou que jamais temeu a Justiça e nunca se esquivou de prestar esclarecimentos, mantendo-se firme na defesa daquilo em que acredita. Declarou conservar sua fé em Deus e sua convicção de que a verdade prevalecerá. Reafirmou que nada praticou que pudesse prejudicar o Estado, o Município de Oeiras do Pará ou qualquer cidadão que nele depositou confiança. Declarou que permanece residindo no mesmo endereço, mantendo sua casa aberta à população, disposto a ouvir, dialogar e auxiliar dentro das possibilidades do mandato. Enfatizou que está no exercício do cargo para servir à população e contribuir para o desenvolvimento do Município, compromisso assumido quando da posse, reafirmando que continuará atuando com responsabilidade e dedicação. Na sequência, informou que chegaram ao seu conhecimento denúncias relacionadas à gestão de unidade escolar do Município, destacando que, antes de qualquer posicionamento definitivo, tem buscado averiguar a veracidade dos fatos. Mencionou especificamente a Escola Mário Arcanjo, relatando que recebeu denúncias envolvendo supostas irregularidades administrativas, tais como possíveis inconsistências relacionadas a carga horária de servidores, pagamento de horas extras e alegações de restrição de acesso de determinados setores à unidade escolar. Ressaltou que possui registros e relatos que serão formalmente apresentados e que, diante da gravidade das informações, encaminhará ofício à Mesa Diretora solicitando providências institucionais.

Requeru que sejam solicitadas, junto ao órgão competente, informações detalhadas acerca do quadro de servidores da referida escola nos últimos cinco anos, especialmente a relação de servidores temporários e efetivos, bem como respectivas cargas horárias e vínculos funcionais, a fim de que os fatos sejam devidamente apurados. Afirmou que seu objetivo não é promover acusações precipitadas, mas garantir transparência e responsabilidade na gestão pública, reiterando seu compromisso com a fiscalização e com o interesse coletivo. Dando continuidade, o Vereador solicitou informações detalhadas acerca do funcionamento administrativo da Escola Mário Arcanjo, requerendo esclarecimentos sobre a distribuição de turnos de trabalho (manhã e tarde), bem como dados referentes ao fornecimento de merenda escolar, especificando a periodicidade das entregas (semanal, quinzenal ou mensal), os quantitativos recebidos e o controle de consumo diário na referida unidade. Ressaltou que as denúncias recebidas são graves e que já possui relatos de diversos servidores vinculados à escola. Informou que, antes de formalizar eventual representação junto ao Ministério Público, buscará confirmação documental das informações por meio de ofício já encaminhado, aguardando resposta oficial. Questionou se a Secretaria Municipal de Educação tem conhecimento das supostas irregularidades e solicitou que o órgão adote providências para apuração dos fatos. Requeru, ainda, que o Conselho responsável pela fiscalização da merenda escolar acompanhe e supervisione a situação, garantindo transparência e regularidade na aplicação dos recursos públicos. Enfatizou que, caso sejam comprovadas irregularidades, adotará as medidas legais cabíveis junto aos órgãos competentes, inclusive Ministério Público e Poder Judiciário, considerando que o Município já enfrenta limitações de recursos e que a merenda escolar constitui direito fundamental dos alunos, não podendo haver qualquer prejuízo às crianças. Reafirmou que a escola é patrimônio público e pertence à coletividade, não sendo propriedade de qualquer gestor ou servidor, destacando a importância da responsabilidade na condução da administração escolar. Esclareceu que não generaliza suas críticas, reconhecendo a existência de diretores e profissionais competentes na rede municipal. Em aparte, outro parlamentar manifestou solidariedade ao Vereador, ressaltando sua trajetória de luta e trabalho, afirmando que os mandatos decorrem da vontade popular e que o tempo e os propósitos pertencem a Deus. Retomando a palavra, o Vereador Osvaldo Alves agradeceu a manifestação de apoio, reiterou sua fé e confiança, destacando que foi eleito democraticamente e continuará exercendo o mandato com dedicação e responsabilidade. Por fim, registrou agradecimentos a seus advogados, Doutor Magalhães, Doutor Tiago e Doutor Arthur, pelo apoio recebido, e encerrou sua fala agradecendo a todos e colocando-se à disposição da população para continuar trabalhando em prol do Município de Oeiras do Pará. Com a palavra, a Vereadora Roberta Araújo: Cumprimentou o Vereador Osvaldo Alves, que naquele momento assumia a Presidência dos trabalhos, bem como os demais vereadores, inclusive aqueles que não puderam estar presentes por estarem em atividades externas relacionadas ao Município. Saudou o público presente, mencionando, de forma especial, representantes da Procuradoria da Mulher, e estendeu cumprimentos aos que acompanham a sessão pelos meios de comunicação. Registrou que se trata da primeira sessão ordinária após o período de recesso, ressaltando que, embora tenha ocorrido sessão solene de abertura dos trabalhos dias antes, a partir daquele momento as sessões ordinárias retornam regularmente, possibilitando a prestação

de contas à população acerca das ações desenvolvidas durante o período. Agradeceu pelas felicitações recebidas em razão de seu aniversário, ocorrido no dia 16, manifestando gratidão pelas mensagens de carinho enviadas por munícipes e amigos. Aproveitou para parabenizar a senhora Assunção, moradora do Rio Aracairu, reconhecendo sua trajetória profissional e desejando-lhe felicidades. Destacou a importância da transparência no exercício do mandato e informou que vem buscando ampliar a comunicação com a população por meio das redes sociais. Relatou que abriu espaço para que os cidadãos indicassem temas urgentes a serem debatidos nesta Casa Legislativa e decidiu compartilhar os resultados com os demais parlamentares, por entender que as demandas apresentadas pertencem a toda a coletividade. Informou que, dentre as principais manifestações recebidas, destacou-se a reclamação acerca de motocicletas com descargas adulteradas e excessivamente barulhentas, situação que vem causando incômodo significativo à população. Ressaltou que o tema já foi debatido anteriormente nesta Casa, inclusive em reunião com autoridade policial. Observou que a legislação nacional que disciplina a matéria no âmbito do Código de Trânsito Brasileiro, vedando alterações que provoquem ruído excessivo, e mencionou que outros municípios já aprovaram leis complementares e intensificaram a fiscalização para coibir tais práticas. Enfatizou que o problema afeta especialmente crianças autistas, idosos e pessoas com sensibilidade auditiva, causando transtornos e comprometendo o bem-estar coletivo. Sugeriu que a Câmara Municipal delibere sobre possíveis encaminhamentos, seja por meio de proposição legislativa, reforço da fiscalização ou articulação com os órgãos competentes. Em aparte, vereador Edson Farias manifestou apoio à pauta, ressaltando que o trânsito no Município exige maior organização e fiscalização, citando ocorrências de acidentes graves e defendendo atuação mais efetiva para garantir segurança à população. Retomando a palavra, a Vereadora agradeceu a contribuição e solicitou que o tema seja objeto de encaminhamento conjunto entre os parlamentares, propondo, inclusive, reunião informal após a sessão para definição de medidas concretas a serem adotadas. Reiterou que a Câmara Municipal deve dar resposta às demandas da população e atuar de forma responsável na busca de soluções para os problemas apresentados. Dando continuidade ao uso da palavra, a Vereadora Roberta Araújo inicialmente, registrou que retomaria, oportunamente, o debate acerca do Regimento Interno desta Casa e de outros temas relevantes já mencionados, como, esgotamento sanitário no Município, concurso público, Rua João XXIII e a problemática dos buracos nas vias públicas, que, no período chuvoso, acumulam água e causam transtornos aos pedestres. Informou que pretende abordar cada tema de forma específica nas próximas sessões ordinárias. Na sequência, passou a tratar de assunto de grande relevância social, relatando que, nos últimos dias, ganhou repercussão nacional um caso ocorrido no Estado de Minas Gerais, envolvendo homem de 35 anos que mantinha relacionamento com uma adolescente de 12 anos de idade. Destacou que o caso gerou indignação em todo o País, especialmente em razão de decisão judicial que considerou a existência de vínculo afetivo consensual. Esclareceu que trouxe o tema ao debate por entender que situações semelhantes também ocorrem no Município de Oeiras do Pará, muitas vezes tratadas como algo "normal" por parte da sociedade, o que não pode ser admitido. Ressaltou que é comum encontrar casos de adolescentes de 14 ou 15 anos vivendo em união informal com adultos, realidade que demanda reflexão e enfrentamento por parte do



Poder Público e da comunidade. Salientou que o crime de estupro de vulnerável é tipificado no Código Penal, com pena de reclusão de 8 a 15 anos, e que a Súmula 593 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que o crime se configura independentemente do consentimento da vítima, não sendo admissível justificativa baseada em autorização dos pais ou responsáveis, circunstância que, inclusive, pode agravar a situação destes. Mencionou o trabalho desenvolvido pela Procuradoria da Mulher, criada por iniciativa parlamentar nesta Casa, bem como a atuação do Conselho Tutelar, do CREAS e demais órgãos da rede de proteção, parabenizando-os pelo empenho. Informou que, no ano de 2025, somente o CREAS registrou 42 atendimentos relacionados a casos de estupro de vulnerável. Já no ano de 2026, até o dia 15 de fevereiro, haviam sido contabilizados 7 casos, o que representa média aproximada de um caso por semana, dados que considera alarmantes. Enfatizou que, apesar das ações repressivas e do acompanhamento de prisões realizadas pelas autoridades competentes, é necessário intensificar as medidas preventivas, com campanhas educativas, debates, distribuição de material informativo e esclarecimentos à população, a fim de combater a naturalização dessas práticas. Em aparte, vereador manifestou apoio à pauta, reconhecendo a propriedade da vereadora para tratar do tema, destacando a importância da Procuradoria da Mulher como referência institucional no Município e defendendo o fortalecimento de ações preventivas, sobretudo no âmbito educacional. Retomando a palavra, a Vereadora agradeceu a contribuição e reforçou que o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes exige união de esforços entre o Legislativo, Executivo, Judiciário e demais entidades, com ênfase em políticas públicas de prevenção e conscientização. Reafirmando a necessidade de ampliar as ações educativas no Município, a fim de proteger crianças e adolescentes e combater toda forma de violência e exploração. Recordou a ação itinerante realizada na comunidade do Rio Murujucá, ocasião em que, após a sessão legislativa, os vereadores permaneceram para dialogar com a população, considerando que, durante a sessão, não é permitida a manifestação popular. Relatou que, naquele momento, os moradores solicitaram a presença do Conselho Tutelar não apenas quando houver denúncia formal, mas principalmente para a realização de ações preventivas, como palestras e orientações. Destacou que esse é o ponto central da discussão, a necessidade de atuação preventiva, antes que as situações de violência ocorram. Ressaltou que tais ações devem iniciar com os pais e responsáveis, conscientizando-os para que não permitam situações de risco e que denunciem ao menor sinal de irregularidade. Afirmou que a escola é espaço fundamental para identificação precoce de possíveis violações de direitos. Mencionou que, durante as ações do maio Laranja, realizadas pela Procuradoria da Mulher em conjunto com a assistência social, CRAS e CREAS, diversas palestras foram promovidas nas escolas do Município. Informou que, ao término dessas atividades, adolescentes procuraram as profissionais para relatar casos de abuso sofridos ou situações de automutilação, muitas vezes reconhecendo, pela primeira vez, que haviam sido vítimas de violência. Defendeu o fortalecimento dessas ações educativas e informou que solicitará reunião com o Secretário Municipal de Educação, a fim de intensificar a atuação preventiva no ambiente escolar, incluindo mecanismos de busca ativa quando houver faltas recorrentes ou mudanças comportamentais significativas em alunos, tanto meninos quanto meninas. Reafirmou que proteger crianças e adolescentes é dever do Estado e



responsabilidade de toda a sociedade. Agradeceu aos vereadores pelas contribuições ao debate e reiterou convite para que, após a sessão, seja realizada reunião breve para deliberar sobre medidas relacionadas às motocicletas com descargas adulteradas, cuja poluição sonora tem causado transtornos à população, ressaltando que o bem-estar coletivo deve ser prioridade do Poder Legislativo. Na sequência, informou que, na presente data, os parlamentares receberam convite da Prefeita Gilma Ribeiro e do Vice-Prefeito Ivail Araújo para recepcionar o navio da Marinha do Brasil, que mais uma vez estará no Município de Oeiras do Pará, dando continuidade à ação que, segundo informou, ocorre desde o ano de 2022. Esclareceu que o navio realizará atendimentos nos dias 26 e 27, oferecendo diversos serviços à população, entre eles exames de mamografia, destacando a importância de que as mulheres aproveitem a oportunidade para cuidar da saúde. Informou ainda que, na próxima sessão, pretende abordar a realização de 90 pequenas cirurgias oculares realizadas no Município, iniciativa inédita que ocorreu no hospital local com apoio da gestão municipal, ressaltando a relevância de trazer especialidades médicas que, muitas vezes, exigem deslocamento para outros centros. Por fim, reforçou que a Câmara Municipal permanece à disposição da população, informando que as ouvidorias da Casa, inclusive a da Procuradoria da Mulher, estão em pleno funcionamento para recebimento de sugestões, reclamações e demandas. Destacou que o papel do Legislativo é atuar como ponte entre a população e a gestão municipal, dialogando com os secretários e buscando soluções para as necessidades do Município. Dirigiu-se ao Vereador Osvaldo Alves, dando-lhe as boas-vindas como Segundo Secretário da Mesa Diretora, reconhecendo sua expressiva votação e contribuição aos trabalhos legislativos, colocando-se à disposição para atuação conjunta. Encerrando, agradeceu a todos e informou que seguirá debatendo temas relevantes nas próximas quartas-feiras, reiterando seu compromisso com o povo de Oeiras do Pará. Com a palavra, o Vereador Branco Manga: Cumprimentou a Senhora Presidente Roberta Araújo e, em seu nome, saudou todos os vereadores e vereadoras presentes nesta sessão de retorno após o recesso legislativo. Dirigiu cumprimentos aos colegas parlamentares, mencionando, de forma especial, os vereadores Drô Alfaia, Izanides Filho, Edson Farias, Osvaldo Alves e Marcos Paulo, destacando a amizade, o respeito e a parceria construídos ao longo da atuação parlamentar. Saudou o público presente na galeria, agradecendo pela participação, e, em nome da diretora Marina, estendeu cumprimentos a todos os servidores da Casa Legislativa, incluindo serventes, vigias e demais colaboradores, reconhecendo o empenho e a dedicação no apoio aos trabalhos parlamentares. Ressaltou que o bom funcionamento do Poder Legislativo depende do esforço conjunto de todos. Registrou sua gratidão a Deus pela oportunidade de exercer o mandato, destacando que está iniciando seu décimo ano de atuação nesta Casa, desde sua eleição em 2016. Salientou que somente quem vivencia o dia a dia do Poder Legislativo compreende plenamente suas responsabilidades, desafios e a importância da boa condução política, pautada no respeito e na democracia. Observou que o Parlamento é composto por onze vereadores, número atualmente previsto, mas manifestou-se favorável à ampliação de mais duas vagas nesta Casa Legislativa. Recordou que a matéria já foi debatida em legislatura anterior, ocasião em que votou favoravelmente ao aumento. Argumentou que o Município de Oeiras do Pará possui vasta extensão territorial e crescimento populacional, razão pela qual entende ser pertinente ampliar a



representatividade no Poder Legislativo. Ressaltou, contudo, que a decisão cabe ao colegiado, no exercício da democracia, colocando seu posicionamento de forma transparente. Agradeceu às pessoas que acompanham a sessão, inclusive pelas redes sociais, e mencionou visitas realizadas recentemente às comunidades da BR-422, especialmente Muquém e Nova América, enviando cumprimentos à professora Denise e ao professor Adelson, reconhecendo a receptividade e o apoio recebidos. Destacou a importância das parcerias construídas no exercício do mandato. Informou que esteve durante 21 dias consecutivos na comunidade do Rio Pruanã, realizando deslocamentos diários, experiência que classificou como marcante em sua trajetória pessoal e política. Relatou que o período lhe proporcionou aprendizados significativos, inclusive quanto ao valor das amizades verdadeiras, ressaltando que é nos momentos de necessidade que se identificam aqueles que realmente estendem a mão e oferecem apoio. Reafirmando seu compromisso com o Município, com a população e com o fortalecimento do Poder Legislativo, colocando-se à disposição para contribuir com os debates e decisões desta Casa. Dando continuidade à sua fala, o Vereador Branco Manga relatou que, durante os 21 dias em que esteve na região do Rio Pruanã, vivenciou diversas situações que lhe proporcionaram reflexões acerca da política e das relações humanas. Destacou que, nos momentos de dificuldade, é possível identificar quem realmente está disposto a ajudar, mencionando que, por vezes, há pessoas que apenas observam, mas não se dispõem a colaborar. Afirmou que a política é, sobretudo, a arte de administrar conflitos e conduzir relações, ressaltando que, ao longo de seus quase dez anos de mandato, tem aprendido a relevar situações, perdoar e agir com equilíbrio, entendendo que o diálogo e a maturidade são essenciais para o bom exercício da vida pública. Agradeceu às comunidades do Rio, especialmente às famílias que sempre o acolheram, bem como à sua família, que o apoia em seus projetos e sonhos. Destacou que sonhar é importante, mas que a realização depende de trabalho, dedicação e perseverança. Informou que sempre foi um objetivo seu a construção de um posto de saúde de melhor qualidade na localidade de Rio Pruanã, nas proximidades da Escola João Paulo II. Registrou que esse projeto levou aproximadamente sete anos para ser concretizado, culminando na entrega da unidade de saúde que atualmente atende cerca de 500 pessoas da comunidade, proporcionando melhores condições de atendimento, especialmente a idosos e demais moradores que necessitam de assistência básica. Agradeceu à Prefeita Gilma Ribeiro pelo atendimento às indicações apresentadas ao longo dos anos acerca da necessidade da obra. Destacou ainda o apoio do Vereador Marcos Paulo, a quem convidou para juntos, buscarem recursos junto a parlamentar estadual. Informou que, após diversas viagens, conseguiu viabilizar sua primeira emenda parlamentar no valor de R\$ 100.000,00, destinada à construção do referido posto de saúde, recurso intermediado pela Deputada Andreia Charão, a quem manifestou agradecimento pelo compromisso assumido com o Município. Ressaltou que, independentemente de posicionamentos eleitorais anteriores, reconhece e valoriza o apoio destinado à população, afirmando que manterá compromisso institucional em favor de novas ações e investimentos para Oeiras do Pará. Defendeu a união entre os parlamentares e o Poder Executivo Municipal, enfatizando que o momento político deve ser aproveitado para buscar recursos junto a deputados e demais lideranças, com foco nas reais necessidades da população, como aquisição de ambulância, fortalecimento da segurança pública, ampliação de



sistemas de abastecimento de água, melhoria da infraestrutura urbana e construção de pontes de concreto. Ressaltou que os vereadores foram eleitos para representar o povo e que é dever de todos buscar melhorias concretas para o Município. Demonstrou expectativa de que o presente ano seja marcado por mais obras e avanços estruturais. Reconheceu as dificuldades enfrentadas durante o período de inverno, quando as chuvas comprometem as vias públicas, mas destacou a importância de planejamento para que, no verão, com eventual apoio de maquinário do Governo do Estado, sejam realizados serviços de terraplenagem e melhorias em bairros que necessitam de aterro e recuperação. Afirmou que o mandato exige responsabilidade e cumprimento do juramento feito à população, reiterando seu compromisso em continuar lutando pelas melhorias necessárias ao desenvolvimento do Município e ao bem-estar dos cidadãos. Registrou que, na próxima sessão ordinária, pretende retomar alguns dos temas mencionados, ressaltando que, ao utilizar a tribuna, os parlamentares devem agir com responsabilidade e veracidade, em respeito ao Regimento Interno desta Casa. Destacou que não é permitido faltar com a verdade, mas que os vereadores possuem a prerrogativa de apurar os fatos e, quando necessário, convocar responsáveis para prestar esclarecimentos, sempre com respeito e dentro dos limites institucionais. Afirmou que não tem receio de trazer pautas relevantes ao plenário, pois entende que defender direitos é dever do Poder Legislativo. Contudo, ponderou que determinados assuntos exigem apuração criteriosa antes de qualquer posicionamento público. Na sequência, passou a tratar da educação, registrando votos de êxito aos profissionais que iniciam mais um ano letivo no Município. Recordou sua trajetória pessoal, destacando com orgulho sua formação na Universidade Federal do Pará, ressaltando o valor do professor e o esforço que muitos realizam para ministrar aulas, inclusive enfrentando longos deslocamentos, madrugadas e condições adversas. Enfatizou que a educação funciona como uma engrenagem, na qual todos os profissionais são indispensáveis: professores, diretores, servidores administrativos, serventes, barqueiros e motoristas de transporte escolar. Destacou que o diretor escolar exerce papel fundamental como gestor da unidade, coordenando todo o processo educacional. Manifestou reconhecimento aos professores do Município, ressaltando que muitos enfrentam lama, chuva e longas distâncias, especialmente nas regiões da BR-422 e áreas ribeirinhas, para cumprir sua missão de formar cidadãos. Estendeu seus cumprimentos também aos proprietários de ônibus escolares e aos barqueiros, reconhecendo que, sem o trabalho desses profissionais, não há como garantir o acesso dos alunos à escola. Defendeu que os barqueiros e proprietários de transporte escolar recebam seus pagamentos de forma célere e, se possível, no mesmo período destinado aos servidores contratados, considerando que são os primeiros a iniciar suas atividades diárias no transporte dos estudantes. Sugeriu que a Secretaria Municipal de Educação avalie essa possibilidade como forma de valorização e respeito à categoria. Relatou experiência pessoal como barqueiro na localidade de Mucajatuba, onde trabalhou por um ano, destacando as dificuldades enfrentadas e as amizades construídas naquele período. Informou que apresentou pedido verbal para que a Secretaria de Educação tenha atenção especial às demandas da escola daquela comunidade, considerando as necessidades estruturais existentes. Mencionou ainda que está empenhado em buscar melhorias para a área da saúde na referida localidade, incluindo a construção de unidade de



saúde mais adequada, reafirmando que a saúde é prioridade, pois não pode esperar. Reiterou seu desejo de ver ampliada a rede de pequenos postos de saúde nas comunidades do interior do Município de Oeiras do Pará, destacando que conhece de perto as dificuldades enfrentadas pela população nas madrugadas e em situações de emergência. Encerrando, agradeceu a Deus pela oportunidade de exercer o mandato, reafirmou seu compromisso com o povo de Oeiras do Pará e desejou que todos continuem unidos na busca por melhorias para o Município, ressaltando o orgulho que sente pela terra e por sua população trabalhadora. Questão de Ordem – Vereador Branco Manga: O Vereador Branco Manga solicitou questão de ordem, dirigindo-se à Presidência para que sejam adotadas as providências cabíveis no sentido de resguardar a ordem e o respeito no âmbito do Poder Legislativo. Destacou que o Plenário é espaço institucional que deve ser respeitado, assegurando-se a todos os parlamentares o direito à livre manifestação, observados os limites regimentais. Ressaltou que não houve citação nominal de qualquer pessoa durante as falas e que eventuais interpretações não podem servir de justificativa para desordem. Alertou ainda para a necessidade de reforço na segurança durante as sessões, lembrando que, embora debates possam ser acalorados, devem permanecer no campo das ideias, preservando-se a integridade e a autoridade desta Casa Legislativa. Questão de Ordem – Vereador Edson Farias: O Vereador Edson Farias, com a permissão da Presidência, também suscitou questão de ordem, manifestando preocupação quanto a qualquer ato que possa ser interpretado como tentativa de intimidação ao Poder Legislativo. Afirmou que o Parlamento Municipal é poder constituído, integrante da estrutura da República Federativa do Brasil, composto por vereadores eleitos democraticamente, os quais possuem direito constitucional à livre manifestação no exercício do mandato. Declarou que se sentiu intimidado na sessão ordinária, ressaltando que não se pode admitir qualquer conduta que represente ameaça ou tentativa de cerceamento da atuação parlamentar. Enfatizou que atitudes dessa natureza não podem ser toleradas no âmbito do Município de Oeiras do Pará, sob pena de grave afronta à institucionalidade. A presidente Andreia Veiga registrou que repudia qualquer ato de violência, ameaça ou intimidação contra os membros desta Casa, reafirmando que as providências cabíveis já estão sendo adotadas para apuração dos fatos e responsabilização, se for o caso, garantindo-se o respeito, a segurança e a ordem durante as sessões legislativas. Com a palavra, o Vereador Drô Alfaia: Cumprimentou a todos os presentes e iniciou sua fala destacando que não aceita qualquer manifestação que venha a ofender ou desrespeitar este Parlamento. Esclareceu que, enquanto vereador, sempre se colocou à disposição para levar ao plenário denúncias recebidas da população, não com o intuito de julgar ou condenar pessoas, mas para solicitar apuração dos fatos pelos meios legais competentes. Ressaltou que não cabe ao vereador exercer juízo de condenação, mas sim receber demandas da comunidade e requerer providências formais, por meio de ofícios e demais instrumentos legais. Pontuou que situações de tensão o deixam preocupado, inclusive quanto à sua própria segurança, considerando que a exposição pública pode gerar reações adversas. Defendeu que, havendo denúncias envolvendo servidores públicos, tanto o Poder Legislativo quanto o Executivo devem adotar as providências cabíveis. Em aparte, o Vereador Osvaldo Alves manifestou-se, afirmando considerar inaceitável a forma como ocorreram determinadas manifestações, ressaltando que não citou nomes nem acusou diretamente qualquer

pessoa, mas apenas trouxe denúncias recebidas, no exercício legítimo do mandato. Reforçou que foi eleito para representar a população e que todas as falas estão devidamente registradas. Retomando a palavra, o Vereador Drô Alfaia afirmou que aguardará as providências necessárias e prosseguiu com sua manifestação. Cumprimentou o senhor Falcão, sua esposa Lane, bem como todos que acompanham a sessão pelas redes sociais, rádio e demais meios de comunicação. Informou que, nos dias 6 e 7, será realizada ação social promovida por seu mandato, em parceria com a Deputada Cilene Couto, contemplando serviços como emissão de RG, segunda via de título eleitoral, CPF, encaminhamento para certidão de nascimento, atendimento jurídico, orientação para obtenção de cartão do idoso, CNH, cartão SUS e documentação necessária para transporte de animais domésticos. Destacou que também será promovida palestra sobre violência doméstica, com apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, devendo ser enviado profissional especializado para tratar do tema. Solicitou apoio desta Casa para organização do evento e ampla divulgação junto à população. Na sequência, abordou a questão da volta às aulas no Município de Oeiras do Pará, manifestando preocupação com o calendário escolar. Declarou considerar inadequado o início das aulas em meados de março, ressaltando que já se passaram dois meses do ano letivo sem atividades regulares. Argumentou que é difícil falar em qualidade na educação quando não há alunos em sala de aula. Relatou que, em visitas ao interior, encontrou barqueiros que ainda não tinham confirmação sobre o início das atividades. Comparou a situação com municípios vizinhos, afirmando que em Curralinho as aulas teriam iniciado em fevereiro, e em Cametá ainda em janeiro. Questionou as razões para o atraso no calendário escolar local, indagando se haveria justificativa administrativa ou financeira, considerando que, mesmo sem aulas em funcionamento, os recursos destinados à educação continuam sendo repassados regularmente. Reafirmando que seu posicionamento visa contribuir para o aprimoramento da educação no Município, defendendo maior planejamento e organização no início do ano letivo. Dando continuidade à sua fala, o Vereador Drô Alfaia manifestou preocupação com os índices da educação no Município, afirmando que a situação é grave e que não atribui responsabilidade aos professores, os quais, segundo destacou, demonstram disposição e compromisso com o exercício da função. Reconheceu que a educação funciona como uma engrenagem, conforme mencionado por vereador que o antecedeu, mas ressaltou que toda engrenagem necessita de gestão eficiente para funcionar adequadamente. Recordou que, no ano anterior, foi debatida nesta Casa a implementação de projeto piloto relacionado ao transporte escolar fluvial, inclusive com referência a municípios onde o serviço já opera por meio de lanchas apropriadas. Observou que não é possível exigir qualidade no transporte escolar quando os barqueiros enfrentam dificuldades para manutenção de suas embarcações, inclusive quanto à aquisição de madeira e demais insumos, além de considerarem insuficiente o valor atualmente recebido pelo serviço. Mencionou ainda demandas relativas à infraestrutura escolar, citando cobrança anteriormente realizada acerca da escola da comunidade Caracuru do Meio, que, segundo relatou, possui apenas duas salas e ainda não foi devidamente reformada ou inaugurada. Referiu-se também à situação da escola da localidade de Itaucú, informando ter recebido relatos de que empresa contratada para execução da obra teria desistido em razão de atrasos em pagamentos. Questionou a coerência entre os valores contratados para obras escolares e o atraso no início das aulas.





defendendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à educação. Recordou discussão anterior sobre valores relacionados ao Fundo de Previdência, mencionando débito corrigido que ultrapassaria seis milhões e meio de reais, ressaltando que se trata de obrigação que deverá ser quitada independentemente da gestão futura. Informou que, ao consultar o Portal da Transparência, identificou nota de empenho datada de 22 de janeiro, no valor de R\$ 705.998,00, referente a serviços de decoração, supostamente relacionados às festividades de aniversário do Município. Questionou a recorrência de contratos dessa natureza ao longo do ano e sugeriu maior racionalidade na utilização dos recursos públicos. Solicitou à Secretaria Municipal de Infraestrutura que realize intervenções na Praça Floraci Ribeiro, especialmente na área próxima ao hospital, onde há buraco que tem levado motociclistas a transitarem sobre a praça, colocando em risco pedestres que utilizam o espaço para caminhada e atividades físicas. Requereu ainda verificação da iluminação pública no local, apontando existência de pontos com baixa luminosidade que comprometem a segurança. Reiterou que suas manifestações têm como objetivo contribuir para melhorias na gestão pública e na qualidade de vida da população do Município. Abordou a questão do concurso público municipal, ressaltando tratar-se de tema que se arrasta há vários anos. Destacou que é motivo de orgulho ver jovens de Oeiras do Pará concluindo cursos superiores e se qualificando profissionalmente, especialmente na área da educação, mas que muitos não têm a oportunidade de disputar vagas no serviço público em razão da ausência de concurso. Informou que já existe Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público solicitando a realização do concurso público, tendo sido concedidos prazos para que a gestão municipal adote as providências necessárias. Observou, contudo, que sucessivas prorrogações vêm sendo solicitadas sob a justificativa de análise do quantitativo de vagas, questionando a demora na conclusão desse levantamento. Defendeu que o concurso público é instrumento essencial para garantir igualdade de oportunidades, transparência e valorização do mérito, permitindo que os cargos sejam ocupados por meio de processo seletivo justo e impessoal. Na sequência, tratou da necessidade de correção salarial dos servidores municipais, afirmando que a realização de concurso público deve estar acompanhada de política de valorização funcional. Recordou que a última correção salarial ocorreu ainda na gestão do ex-prefeito Dinaldo Aires, e que, atualmente, diversos servidores que recebiam acima do salário mínimo passaram a receber apenas o valor mínimo legal, em razão da ausência de reajustes periódicos. Ressaltou que a remuneração atual é insuficiente para assegurar condições dignas de subsistência, especialmente para servidores com família, defendendo a necessidade de diálogo entre o Poder Executivo e o Legislativo para atualização dos vencimentos, dentro dos limites legais e orçamentários. Afirmou que o início do ano legislativo deve ser marcado pelo enfrentamento dessas pautas estruturantes, como educação de qualidade, realização de concurso público e valorização dos servidores. Concluiu observando que muitos pais que possuem condições financeiras optam por matricular seus filhos em instituições fora do Município em busca de melhor qualidade de ensino, o que, em sua avaliação, demonstra a necessidade de aprimoramento da rede pública local. Encerrando, desejou boa noite a todos e reafirmou seu compromisso com a defesa dos interesses da população de Oeiras do Pará. Com a palavra, o Vereador Edson Farias: Iniciou saudando a Senhora Presidenta Andréia Veiga, os membros da Mesa Diretora, os senhores e



CÂMARA
MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
Poder Legislativo a Serviço do Povo.

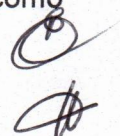
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DOS VEREADORES DE OEIRAS DO PARÁ.

senhoras vereadores, bem como os servidores do Poder Legislativo, destacando o apreço e respeito que nutre por cada servidor e servidora da Casa. Cumprimentou, de modo especial, a diretora da Câmara e, em seu nome, estendeu os cumprimentos a todos os funcionários. Saudou o público presente na plenária, mencionando nominalmente a senhora Jani, e enviou cumprimentos à população que acompanha os trabalhos por meio da Rádio Araticu FM e das transmissões ao vivo, tanto da sede quanto da zona rural, citando moradores das comunidades BR 422 e Castanheira, além de sua equipe de apoio. Registrou congratulações ao senhor Fernando pelo nascimento de seu filho, ocorrido no Município de Cametá, mencionando que a criança apresenta problema de saúde e manifestando votos para que seja providenciada transferência para unidade hospitalar com maior estrutura, a fim de garantir o atendimento adequado. Em seguida, expressou profundo pesar pelo falecimento do senhor Fernando Moraes, conhecido como Nando, morador da comunidade Pau de Rosa, ocorrido em razão de descarga elétrica, segundo informações recebidas. Manifestou solidariedade aos familiares e amigos, destacando tratar-se de cidadão trabalhador e estimado na comunidade. Na sequência, abordou preocupação com o respeito às prerrogativas do Poder Legislativo e à liberdade de manifestação parlamentar, defendendo que a Câmara Municipal deve ser preservada de qualquer tentativa de intimidação, assegurando-se o pleno exercício do mandato e da função fiscalizadora dos vereadores. Ressaltou que críticas dirigidas a gestores públicos fazem parte do debate democrático e que devem ser tratadas dentro dos limites institucionais, reafirmando a importância da harmonia entre os Poderes e do respeito mútuo. Ato contínuo, parabenizou a Prefeita Gilma Drago pela recente reinauguração de duas unidades escolares no Município, destacando a Escola Jose Ribeiro da Costa, localizada na comunidade Uxí-Estrada, a qual foi totalmente reformada. Mencionou ainda que, em visita anterior ao local, solicitou a construção de poço artesiano, informando ter sido comunicado de que a obra já constava no planejamento da gestão. Parabenizou também a Secretaria Municipal de Educação, na pessoa do Secretário Julielson, informando que, conforme diálogo mantido, empresa responsável pelo transporte escolar estaria no Município para realizar as vistorias necessárias, com o objetivo de viabilizar o início do serviço em tempo hábil, garantindo o atendimento aos alunos da rede municipal. reafirmou seu compromisso com a defesa do Município de Oeiras do Pará e com o fortalecimento do Poder Legislativo. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o Vereador Edson Farias retomou o tema das inaugurações recentes, parabenizando a Prefeita Gilma Drago pela reinauguração da Escola de Tempo Integral Escola Mário Arcanjo da Costa, destacando a relevância da obra para o Município. Entretanto, manifestou preocupação quanto à forma de gestão e preservação da estrutura recém-reformada, especialmente no que se refere à quadra coberta da referida escola, a qual, segundo relatou, encontra-se em situação de abandono. Informou que, ao constatar o estado de descuido do espaço, realizou visitas em diferentes horários manhã, tarde e noite e verificou a ausência de vigilância no local. Relatou ainda que a quadra estaria sendo utilizada de maneira inadequada por pessoas e adolescentes, expondo o patrimônio público a riscos de depredação e comprometendo a segurança. Defendeu que é responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação providenciar vigilância permanente no local, ressaltando que o fato de a quadra estar situada em área sem muro ou fisicamente afastada do prédio principal não justifica a ausência de zelo. Comparou com outras

quadras do Município que, mesmo sem estrutura de isolamento completo, encontram-se conservadas em razão da presença de vigias. Recordou que a referida quadra foi fruto de esforço e articulação de gestões anteriores, citando o ex-prefeito Nabiça, e afirmou que é inadmissível que um investimento público de tal importância esteja sendo deteriorado por falta de acompanhamento e gestão adequada. Ressaltou que preservar o patrimônio público é dever da administração e que eventuais servidores designados para a vigilância devem cumprir suas atribuições. Caso haja pagamento sem a efetiva prestação do serviço, defendeu a apuração dos fatos pelos órgãos competentes, inclusive com abertura de procedimento administrativo. Durante aparte, o Vereador Marcos Paulo destacou a importância do tombamento e do inventário dos bens públicos municipais, mencionando a necessidade de controle patrimonial com identificação adequada de equipamentos e mobiliários, de modo a assegurar organização, rastreabilidade e preservação do acervo municipal. Retomando a palavra, o Vereador Edson Farias concordou com a necessidade de organização do patrimônio público por meio de inventário e tombamento, reforçando que o recurso público deve ser tratado como investimento e não como gasto improdutivo. Reiterando sua cobrança ao Secretário Municipal de Educação quanto à adoção de medidas urgentes para garantir a preservação da quadra coberta da Escola Mário Arcanjo da Costa, evitando o agravamento da situação e assegurando que a obra recém-reinaugurada cumpra sua finalidade social. Informou que, na presente data, esteve a bordo de navio da Marinha, acompanhando a Excelentíssima Prefeita Gilma Drago e demais vereadores, ocasião em que foram recebidos pelo comandante da embarcação, que se encontra no Município prestando diversos serviços de relevante interesse público à população. Destacou que a inclusão de Oeiras do Pará no roteiro da embarcação decorreu de articulações institucionais realizadas pela gestão municipal junto à Marinha do Brasil, ressaltando que anteriormente o atendimento ocorria em municípios vizinhos, como Curralinho, sem contemplar Oeiras. Enfatizou que, a partir de 2022, o Município passou a integrar oficialmente o cronograma de atendimentos, possibilitando a oferta de serviços essenciais à população. Na sequência, abordou a manifestação popular realizada no último sábado, registrando respeito aos manifestantes e ao direito constitucional de livre expressão. Contudo, rebateu críticas veiculadas nas redes sociais acerca da ausência de parlamentares no ato sobre a Equatorial, afirmando que não recebeu convite ou comunicação prévia para participação. Expôs seu entendimento pessoal sobre a condução do movimento, opinando que, caso tivesse sido convidado, teria sugerido estratégia distinta, no sentido de permitir que os representantes da concessionária permanecessem no Município, acompanhando-os e, caso não houvesse solução para os problemas apontados, mobilizar a população no momento de sua saída, como forma de pressão legítima e organizada. Esclareceu ainda que o Poder Legislativo não é responsável pela atual situação do fornecimento de energia elétrica, destacando que a cessão de área para instalação de subestação ocorreu por necessidade legal e regulatória, diante do encerramento do contrato de geração termelétrica e das normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que não permite a renovação de contratos de geração a óleo diesel em diversos municípios, em razão de diretrizes ambientais e regulatórias. Mencionou que, caso o Município não tivesse autorizado a instalação da subestação, poderia ter ocorrido descontinuidade no fornecimento de energia. Ressaltou que os




vereadores exigiram reunião com representantes da concessionária para tratar da qualidade das torres de transmissão e demais estruturas, buscando assegurar melhoria no serviço. Entretanto, manifestou indignação com a persistência das quedas de energia e com os prejuízos sofridos pela população, inclusive a queima de equipamentos eletrodomésticos sem a devida indenização. Relatou ter sido informado por representante da concessionária de que há prazo de até três anos para requerimento de ressarcimento por danos elétricos, mas questionou a efetividade desse procedimento, afirmando que muitos consumidores não têm conseguido êxito nas solicitações. Defendeu a realização de audiência pública e, se necessário, o ajuizamento de ação civil pública contra a concessionária, caso os problemas persistam, a fim de resguardar os direitos da população. Reafirmou que o Poder Legislativo agiu dentro da legalidade ao deliberar sobre a cessão da área para subestação, reiterando que o objetivo sempre foi garantir continuidade e melhoria no fornecimento de energia. Encerrou agradecendo à Presidência pela condução dos trabalhos, parabenizando os colegas parlamentares pelas proposições apresentadas na sessão e manifestando reconhecimento especial ao vereador que protocolou projeto de lei na data, o qual seguirá tramitação regimental. Concluiu agradecendo a todos e colocando-se à disposição da população para continuar defendendo os interesses do Município. Com a palavra, o Vereador Edson Sousa: Iniciou saudando a Senhora Presidenta Andreia Veiga e, em seu nome, cumprimentou os demais vereadores. Saudou o público presente na plenária, mencionando o senhor Benedito Machado, bem como demais cidadãos presentes. Cumprimentou ainda a senhora Adelina e, em seu nome, estendeu saudações aos moradores da região da BR-422. Dirigiu agradecimentos à equipe de apoio da Casa Legislativa, reconhecendo o trabalho desempenhado pelos servidores no suporte às atividades parlamentares. Registrou cumprimento especial aos moradores das comunidades da BR-422, Estrada Baixa, Rio de Oeiras, Betânia, São Sebastião, Castanheira, Melancial, Gama, bem como à população da zona urbana e rural que acompanha a sessão. Informou que, no decorrer do dia, acompanhou equipe do Departamento de Águas em atendimento a problema no sistema de abastecimento da Vila Uxí-Estrada, atribuído às oscilações no fornecimento de energia elétrica. Agradeceu ao diretor do departamento, senhor Jonas, à equipe técnica presente no local, à Secretária Cilene e à Prefeita Gilma Drago pelo apoio na busca de solução para a situação. Em seguida, manifestou profundo pesar pelo falecimento da jovem Luana, ocorrido na última sexta-feira, solidarizando-se com seus familiares e amigos. Relatou que a jovem, de 17 anos, enfrentava tratamento contra câncer ósseo e, ao descobrir a gravidez, optou por manter a gestação, mesmo diante dos riscos à própria saúde. Informou que a criança nasceu prematuramente e encontra-se bem, destacando o gesto da jovem como exemplo de amor materno e abnegação. Reafirmou apoio à família, colocando-se à disposição como amigo e representante público. Posteriormente, abordou a questão das motocicletas com escapamentos adulterados que produzem ruídos excessivos no Município, relatando transtornos enfrentados por moradores, especialmente nos finais de semana. Defendeu a realização de reunião entre o Poder Legislativo, autoridades de segurança pública e órgãos competentes para discutir medidas de fiscalização mais rigorosas. Sugeriu a realização de operação integrada, com reforço policial, para coibir irregularidades, apreender equipamentos irregulares e promover ações educativas, a exemplo de iniciativas já realizadas em municípios vizinhos, como

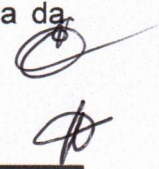


Abaetetuba. Ressaltou a necessidade de garantir o cumprimento da legislação e o respeito ao direito ao sossego da população. Reiterou seu compromisso com a ordem pública, a segurança e o bem-estar dos cidadãos de Oeiras do Pará, colocando-se à disposição para dialogar e contribuir com soluções concretas para os problemas apresentados. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o Vereador Edson Sousa colocou-se à disposição dos demais parlamentares para discutir medidas concretas quanto aos problemas recorrentes no fornecimento de energia elétrica no Município. Relatou que, na presente data, a região da BR-422 permaneceu sem energia elétrica das 11h até aproximadamente 18h, ocasionando prejuízos, inclusive impossibilitando a conclusão de serviços no sistema de abastecimento de água da Vila Uxi-Estrada. Defendeu que o Poder Legislativo não pode permanecer inerte diante da situação e concordou com a proposição de encaminhamento de representação conjunta ao Ministério Público, subscrita por todos os vereadores, para que sejam adotadas providências contra a concessionária Equatorial Energia, em razão dos constantes prejuízos causados à população. Parabenizou os cidadãos que participaram da manifestação popular, reconhecendo o direito legítimo de reivindicação, e ressaltou que o movimento representou uma forma de buscar visibilidade e solução para os problemas enfrentados pela comunidade. Informou que as obras da Escola José Anchieta, localizada na comunidade Caracuru, foram retomadas, manifestando expectativa de que, em breve, a unidade seja entregue, possibilitando melhores condições de ensino aos alunos. Destacou ainda a realização de mutirão de cirurgias oftalmológicas no Município, com mais de 100 procedimentos realizados, classificando o momento como histórico para Oeiras do Pará. Relatou ter acompanhado diversos pacientes da região da BR-422 e citou o caso de um morador da Estrada Baixa que aguardava cirurgia e cuja família organizava empréstimo para custear o procedimento, tendo sido beneficiado pela ação e já se encontrando em recuperação, com nova cirurgia programada para o outro olho. Parabenizou a gestão municipal pela articulação das ações de saúde e também pela mobilização para que embarcação da Marinha do Brasil estivesse novamente no Município prestando serviços à população. Registrou que apresentará, na próxima sessão, indicação solicitando a formação de turma de cursinho pré-vestibular na localidade de Uxi-Estrada, atendendo demanda de jovens da região da BR-422 que buscam acesso ao ensino superior. Reafirmou seu compromisso com as comunidades urbanas e rurais e com a busca por melhorias efetivas para a população. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o Vereador Edson Sousa informou que apresentou duas indicações na presente sessão. A primeira refere-se à necessidade de reparo na ponte localizada na Rua 15 de Novembro, no perímetro do Marituba, onde há buracos que vêm ocasionando acidentes. Relatou que esteve em diálogo com moradores da área e com a Secretária Cilene, que já estaria se mobilizando para providenciar os reparos necessários, manifestando expectativa de solução em breve. A segunda indicação decorre de demandas recebidas principalmente da região da BR-422, relacionadas à emissão de documentos escolares por parte de alunos que concluíram o ensino médio e necessitam de histórico escolar, certificados e declarações. Relatou que a unidade estadual de ensino médio no Município conta atualmente com apenas dois servidores administrativos em atividade, havendo outros afastados por licença ou acompanhamento familiar, o que tem gerado sobrecarga de trabalho e demora no atendimento. Informou que entrou em contato com o diretor regional de ensino do

Marajó, senhor Jonas, para tratar da situação, ressaltando que há estudantes perdendo prazos de matrícula em universidades e alunos impossibilitados de concluir matrícula por ausência de documentação. Esclareceu que não atribui responsabilidade aos servidores em exercício, reconhecendo o esforço que vêm realizando, mas apresentou indicação solicitando que o Município, de forma temporária e excepcional, ceda dois servidores administrativos para auxiliar no atendimento durante o período de matrículas, até que o Estado regularize a situação. Agradeceu ainda à sua família pelo apoio constante, reconhecendo a dedicação exigida pelo mandato e pedindo compreensão pelos períodos de ausência em razão das atividades parlamentares. Enviou cumprimentos especiais à esposa, aos filhos e à avó, destacando a importância do apoio familiar para o exercício de sua função pública. Encerrando, desejou que Deus abençoe o Parlamento, a gestão municipal e toda a população de Oeiras do Pará, reafirmando seu compromisso com o trabalho em prol do Município e desejando boa noite a todos. Com a palavra, o Vereador Izanides Filho: Iniciou cumprimentando os nobres colegas vereadores, servidores da Casa e todos os presentes na plenária. Deu as boas-vindas à Professora Deca, recordando encontro ocorrido no ano de 2018, na localidade de Porto Alegre, ocasião em que foi cordialmente recebido, registrando seu carinho e respeito. Cumprimentou também os ouvintes da rádio e os que acompanham a sessão pelas redes sociais, enviando saudações especiais ao senhor Enéas, da localidade Boca do Carari, e ao senhor Pedro Santiago, agradecendo pela participação e pelas manifestações encaminhadas. Registrou felicitações à Professora Franciane, residente na região da BR-422, desejando-lhe saúde, paz, amor e prosperidade pela passagem de seu aniversário. Em seguida, tratou do falecimento do professor e ex-vereador Josiel Maciel, manifestando profundo pesar. Declarou que recebeu a notícia com grande consternação, afirmando ter ficado emocionalmente abalado diante da situação. Ressaltou que, até o momento, não há esclarecimentos conclusivos acerca da causa da morte, destacando que o fato ocorreu de maneira trágica e inesperada. Registrou suas condolências à mãe, às irmãs, à esposa e a todos os familiares, mencionando que esteve pessoalmente prestando solidariedade à família em mais de uma ocasião. Afirmou que construiu amizade mais próxima com o senhor Josiel Maciel durante o período eleitoral recente, destacando seu respeito e consideração pelo mesmo. Informou ainda que as investigações já foram iniciadas pelas autoridades competentes e que a família contará com o acompanhamento jurídico para apuração dos fatos, reforçando a expectativa de que tudo seja devidamente esclarecido. Encerrando este momento, reiterou suas condolências e solidariedade à família enlutada, desejando que Deus conforte a todos. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o Vereador Izanides Filho recordou que, no período de férias do mês de julho, foram fechadas as unidades de saúde das comunidades Aracairu e Sacajós, fato que voltou a ocorrer recentemente, causando preocupação à população. Manifestou tristeza ao constatar o fechamento dessas unidades, especialmente em período de inverno, quando aumenta a demanda por atendimentos médicos. Ressaltou que a interrupção dos serviços prejudica diretamente os moradores das referidas comunidades, que dependem do atendimento básico de saúde. Destacou não compreender os motivos administrativos que levam ao fechamento recorrente das unidades de Aracairu e Sacajós, sobretudo quando outras permanecem em funcionamento no mesmo

período. Afirmou que a situação gera insatisfação tanto para a população quanto para a própria gestão municipal. Enfatizou que a saúde pública não pode sofrer descontinuidade em razão de recesso ou férias, defendendo a adoção de planejamento adequado para garantir substituições e manutenção dos atendimentos. Dirigiu apelo à Secretária Municipal de Saúde, enfermeira Mônica, para que sejam adotadas providências a fim de evitar que os postos das comunidades Aracairu e Sacajós voltem a ser fechados em períodos de férias, assegurando atendimento contínuo e digno à população. Reiterou que seu objetivo é contribuir para o aprimoramento da gestão e para a garantia do direito à saúde aos moradores de Oeiras do Pará. Manifestou apoio ao movimento realizado pela população em protesto contra a concessionária Equatorial Energia, reconhecendo a legitimidade da mobilização popular diante dos constantes problemas no fornecimento de energia elétrica. Ressaltou que, segundo seu entendimento, parte das dificuldades enfrentadas no Município também decorre da existência de ligações clandestinas, especialmente em áreas da BR-422 e em outras comunidades. Argumentou que tais ligações irregulares, quando sobrecarregam transformadores ou ocasionam quedas de postes, contribuem para oscilações e interrupções no fornecimento de energia. Destacou, entretanto, que muitos moradores recorrem a essas ligações por ausência de regularização por parte da concessionária, tratando-se, em alguns casos, de situação motivada por necessidade e busca por dignidade. Defendeu que a solução passa pela regularização das ligações existentes e pela ampliação do acesso formal à energia elétrica, observando que há legislação federal que assegura o direito de acesso à energia, como políticas públicas voltadas à universalização do serviço. Parabenizou o vereador Marcos Paulo pela iniciativa de requerimento para realização de audiência pública com representantes da concessionária, destacando a importância de definir data e pautar com firmeza a discussão sobre regularização das ligações e melhoria da qualidade do serviço. Afirmou que, embora não tenha sido previamente comunicado sobre o protesto, manifesta apoio aos participantes, reconhecendo que a mobilização ocorreu de forma pacífica e dentro dos limites legais. Na sequência, abordou a proximidade do início do ano letivo, previsto para o dia 2 de março, demonstrando preocupação com informações recebidas de escolas da zona rural quanto à indefinição de pessoal, incluindo funções como serventes e barqueiros do transporte escolar. Informou que irá apurar as informações para verificar a veracidade dos relatos. Mencionou ainda dados apresentados recentemente que indicariam fragilidades na qualidade do ensino municipal, comprometendo-se a analisar as informações com maior profundidade e retornar ao tema em sessão futura, caso se confirmem. Indicação nº 001/2026, O Vereador Izanides Filho, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, com fundamento no artigo 101 do Regimento Interno desta Casa de Leis, indicar ao Poder Executivo Municipal a adoção das providências necessárias para a aquisição e disponibilização de poltronas reclináveis destinadas aos acompanhantes de pacientes internados ou em observação no Hospital de Pequeno Porte de Oeiras do Pará. A presente indicação decorre de reiteradas demandas de cidadãos que utilizam o Hospital de Pequeno Porte de Oeiras do Pará, onde acompanhantes permanecem por longos períodos, inclusive durante a noite, em condições que não atendem ao mínimo necessário de conforto e dignidade, sendo obrigados a permanecer em cadeiras comuns de plástico, o que ocasiona significativo desgaste

físico, dores e outros transtornos. A medida proposta é simples, objetiva e de grande impacto social disponibilizar poltronas reclináveis aos acompanhantes, especialmente nos setores de internação e observação. Trata-se de providência alinhada aos princípios da humanização do atendimento em saúde, fortalecendo a qualidade do cuidado prestado ao paciente e assegurando melhores condições à família que o acompanha. Ressalta-se que o Hospital de Pequeno Porte possui gestão compartilhada entre o Estado do Pará e o Município de Oeiras do Pará, razão pela qual se recomenda que o Executivo Municipal, por meio do setor competente, realize levantamento técnico da necessidade e promova tratativas formais com a direção da unidade hospitalar e com a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará, a fim de pactuar a solução mais adequada, seja por aquisição direta, cooperação, cessão de bens, doações ou outros instrumentos cabíveis, respeitadas as competências de cada ente federativo. Registra-se que, embora o Parlamento não detenha competência executiva para realizar diretamente tal providência, é atribuição do vereador provocar o Executivo a agir em matérias de interesse público. O Vereador relatou experiência pessoal vivenciada na unidade hospitalar, quando seu filho esteve internado em razão de broncopneumonia. Na oportunidade, destacou o atendimento humanizado recebido por parte da equipe, registrando agradecimento público à servidora Mikely e ao médico Dr. Marcelo, reconhecendo a qualidade profissional e o zelo no atendimento prestado. Entretanto, ressaltou que, durante o período de internação, constatou a ausência de estrutura adequada para repouso dos acompanhantes, havendo apenas cadeiras plásticas comuns, o que considerou situação extremamente desconfortável e desumana, sobretudo para pessoas idosas ou com problemas de saúde, como enfermidades na coluna. Relatou ainda caso de acompanhante proveniente da região do Rio Carari, que, já possuindo problema na coluna, teve agravamento do quadro após permanecer dormindo em cadeira inadequada durante o acompanhamento de familiar hospitalizado, situação que pode gerar, inclusive, novos custos ao próprio sistema de saúde. Diante disso, apelou ao Poder Executivo para que analise a situação com sensibilidade e providencie a melhoria das condições oferecidas aos acompanhantes, garantindo mais dignidade e humanização no atendimento hospitalar. Por fim, manifestou satisfação em retornar aos trabalhos legislativos, colocando-se à disposição dos demais parlamentares para atuar em conjunto na defesa dos interesses da população de Oeiras do Pará. Com a palavra, a Vereadora Andreia Veiga: Iniciou cumprimentando a todos e destacando que esta é a primeira sessão ordinária do primeiro período legislativo de 2026, reafirmando seu compromisso com os trabalhos desta Casa e colocando-se à disposição dos colegas parlamentares no exercício da Presidência. Dirigindo-se ao Vereador Osvaldo, informou que todas as medidas cabíveis à Presidência já foram adotadas em relação ao fato ocorrido recentemente. Solicitou à equipe de mídia que preserve os registros audiovisuais da sessão, a fim de resguardar as provas necessárias para encaminhamento ao Ministério Público e à autoridade policial competente. Ressaltou que o vereador já registrou boletim de ocorrência e manifestou total repúdio a qualquer ato de violência, defendendo o diálogo como princípio fundamental da atuação parlamentar. Assegurou que o caso terá o devido encaminhamento para que não haja impunidade. Agradeceu a presença de seus familiares, bem como da amiga Adelina e de todos que acompanham as sessões presencialmente ou por meio das transmissões. Registrou ainda a presença da





Secretária Municipal de Meio Ambiente, Suzi Salles, que acompanha os trabalhos legislativos, e cumprimentou amigos e apoiadores que assistem à sessão de diferentes localidades. Em seguida, mencionou o período de recesso parlamentar, esclarecendo que, apesar da suspensão das sessões ordinárias, os trabalhos continuaram, inclusive com a realização de sessão extraordinária após o dia 15 de dezembro para tratar de pautas específicas. Destacou a realização da ação social "Natal para Todos", promovida no dia 21 de dezembro de 2025, por meio da qual foram distribuídas mais de 56 cestas básicas e aproximadamente 100 frangos, além de atividades recreativas para a comunidade. Agradeceu aos parceiros que contribuíram com doações e apoio, ressaltando que a iniciativa foi possível graças ao esforço coletivo. Manifestou o desejo de repetir a ação no corrente ano, se assim for possível. Relatou também sua participação na inauguração da Casa de Acolhimento do Município, localizada na Avenida Mário Covas, destacando que se trata de uma conquista inédita para o Município, que anteriormente não dispunha de espaço adequado para acolher crianças, mulheres ou idosos em situação de vulnerabilidade. Enfatizou a importância da iniciativa para garantir proteção e dignidade às pessoas que necessitam de afastamento temporário do convívio familiar por determinação dos órgãos competentes. Parabenizou a Prefeita Gilma Ribeiro pela iniciativa e pelos avanços alcançados ao longo do mandato, reconhecendo as dificuldades enfrentadas, mas ressaltando os progressos obtidos. Em relação ao Hospital de Pequeno Porte, mencionou a necessidade de aprimoramentos estruturais, reconhecendo a importância da presença de médicos na unidade e os esforços realizados para manter o atendimento, apesar das limitações financeiras. Sugeriu que parlamentares busquem apoio de seus deputados para destinação de emendas parlamentares que possam contribuir, inclusive, para aquisição de poltronas reclináveis para acompanhantes, conforme indicação anteriormente apresentada. Destacou que o ano corrente é ano eleitoral e afirmou que buscará dialogar com seus representantes políticos para alinhar demandas prioritárias do Município, defendendo que as escolhas políticas devem estar voltadas à obtenção de benefícios concretos para a população. Dando continuidade ao uso da palavra, a Vereadora Andreia Veiga destacou a realização de ação voltada à área da saúde, mencionando que inicialmente estavam previstas 50 cirurgias na primeira etapa, porém, diante da avaliação clínica dos pacientes e da viabilidade técnica, foram realizados aproximadamente 90 procedimentos. Ressaltou que a ação não se limitou às cirurgias, contemplando também consultas de retorno, fornecimento de colírios, óculos e acompanhamento pós-operatório, evidenciando o cuidado integral com os pacientes. Salientou que somente quem enfrenta ou corre o risco de perder a visão compreende a dimensão da importância de iniciativas dessa natureza. Em seguida, fez referência ao período de recesso parlamentar, quando participou da inauguração do novo prédio destinado à área da cultura no Município de Oeiras do Pará. Observou que, apesar da longa história do Município, que ultrapassa dois séculos de existência, a cultura nunca havia contado com prédio próprio. Destacou que, anteriormente, os servidores da área atuavam em espaço improvisado e sem estrutura adequada, inclusive sem equipamentos básicos como computadores. Atualmente, segundo afirmou, o setor dispõe de prédio estruturado, sala de informática e melhores condições de trabalho, o que representa investimento significativo na valorização cultural. Reconheceu que ainda existem desafios a serem enfrentados, mas afirmou que avanços vêm sendo conquistados

gradativamente. Na sequência, informou que está apresentando, por meio da Mesa Diretora, projeto de lei para reconhecer a "Abertura da Pesca" como evento tradicional do Município. Explicou que, em razão das disposições regimentais, a proposição está sendo formalizada com o apoio da Mesa. Relatou sua experiência de aproximadamente sete anos de atuação junto à colônia de pescadores, período em que vivenciou as dificuldades enfrentadas pela categoria, incluindo limitações financeiras e ausência de apoio institucional. Mencionou que, em determinados momentos, houve dificuldades até mesmo para manutenção das despesas básicas da entidade, como energia elétrica e internet. Ressaltou a importância do seguro-defeso para a economia local, especialmente no período de janeiro a abril, quando os pescadores recebem o benefício em razão da paralisação da atividade para preservação das espécies. Destacou que a pesca constitui uma das principais fontes de renda do Município e que a preservação ambiental é essencial para garantir a continuidade da atividade. Recordou ainda que, em períodos anteriores, houve suspensão do seguro-defeso, exigindo mobilização da categoria, inclusive com deslocamento a Brasília para defesa dos direitos dos pescadores. Informou que, no presente ano, a classe voltou a enfrentar desafios decorrentes de alterações legislativas e normativas em âmbito federal, fato que motivou ainda mais a apresentação do projeto. Esclareceu que a abertura da pesca vem sendo promovida há cinco anos pela colônia e já integra o calendário local, estando prevista nova edição para o mês de março. O objetivo do projeto de lei é assegurar o reconhecimento oficial do evento como manifestação tradicional do Município, garantindo sua continuidade e valorização, independentemente das futuras composições do Poder Legislativo. Informou que procederá à leitura do projeto de lei em momento oportuno, reforçando que a iniciativa visa resguardar e fortalecer a identidade e a importância social e econômica dos pescadores para o Município. Reconhece a Abertura da Pesca como evento tradicional do Município de Oeiras do Pará, institui a Semana Municipal da Pesca Artesanal e dá outras providências. A Prefeita Municipal de Oeiras do Pará, Senhora Gilma Drago Ribeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei: Art. 1º: Fica reconhecida a Abertura da Pesca como evento tradicional de relevância cultural, turística e econômica do Município de Oeiras do Pará, a ser realizada de forma anual e contínua, integrando o calendário oficial do Município, tendo ocorrido sua primeira edição no ano de 2021. Parágrafo único. O reconhecimento previsto no caput considera as edições já realizadas, consolidando-se como manifestação de identidade local e valorização da pesca artesanal. Art. 2º: Fica instituída a Semana Municipal da Abertura da Pesca, a ser realizada anualmente no período de 1º a 7 de maio, integrando o calendário municipal de eventos. Parágrafo único. A data específica do evento em cada edição será definida pelo Poder Executivo, dentro do período previsto no caput, considerando o calendário das marés, as condições hidrológicas locais e a observância das normas ambientais vigentes. Art. 3º: A Semana Municipal da Abertura da Pesca tem por objetivos: I – Valorizar a cultura ribeirinha e a pesca artesanal; II – Promover a educação ambiental e boas práticas de pesca sustentável; III – fomentar o turismo e a economia local, priorizando produtos e trabalhadores do Município; IV – Divulgar orientações sobre preservação no período reprodutivo das espécies e demais medidas de proteção da fauna aquática. Art. 4º: As atividades relacionadas ao evento observarão a legislação ambiental e pesqueira aplicável, bem como as

normas de proteção e defesa vigentes, sendo vedada qualquer prática que estimule a pesca predatória ou que estejam em desacordo com a legislação. Art. 5º: O Poder Executivo poderá, mediante oportunidade administrativa e disponibilidade orçamentária, apoiar, divulgar e promover ações relacionadas ao evento, inclusive por meio de parcerias com entidades públicas e privadas, colônias de pescadores, associações e instituições de ensino. Art. 6º: Esta Lei não cria despesas obrigatórias de caráter continuado, ficando a execução de eventuais ações condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município. Art. 7º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário da Câmara Municipal, 24 de abril de 2026. A Vereadora Andreia Veiga solicitou o apoio dos nobres pares à aprovação do projeto, ressaltando que, embora não possua voto enquanto Presidente, apresenta a matéria com convicção e compromisso com a classe pesqueira. Destacou ser filha de pescador, criada na realidade ribeirinha, com familiares que ainda vivem da pesca, e relembrou sua atuação por mais de sete anos junto à Colônia de Pescadores, onde acompanhou de perto as dificuldades enfrentadas pela categoria, especialmente na luta pelo seguro-defeso e na defesa dos direitos da classe. mencionou as constantes mobilizações junto a órgãos federais e viagens a Brasília para assegurar a manutenção do benefício, ressaltando a importância econômica da pesca artesanal para o Município. Reiterou seu compromisso com o Presidente da Colônia e com todos os pescadores, colocando-se à disposição para fortalecer a defesa da categoria. Na sequência, relatou ter acompanhado a Prefeita Gilma Ribeiro na entrega de kits escolares nas regiões da BR e das comunidades ribeirinhas. Informou que os kits são compostos por cadernos, canetas, lápis, régua, estojo e uniforme completo, incluindo calça e camisa. Destacou o impacto positivo da iniciativa para famílias numerosas, citando casos de mães com vários filhos em idade escolar, que anteriormente enfrentavam dificuldades para adquirir material escolar, muitas vezes parcelando compras ou limitando-se ao básico. Ressaltou que a medida contribui diretamente para a permanência dos alunos na escola, evitando evasão por falta de material. Reconheceu o investimento significativo realizado pelo Executivo Municipal na área da educação, enfatizando que ações concretas como essa fortalecem o ensino público e demonstram compromisso com as famílias do Município. Por fim, desejou um boa noite a todos, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento de Oeiras do Pará e colocando-se à disposição para continuar trabalhando em favor da população. ORDEM DO DIA. Foi colocado em discussão o Requerimento nº 001/2026, de autoria do vereador Marcos Paulo, que solicita a realização de audiência pública no dia 14/03/2026, às 9h, no Plenário do Poder Legislativo, para tratar sobre a má prestação de serviços da concessionária Equatorial Energia, com o objetivo de responder aos anseios da população de Oeiras do Pará, que clama por um serviço de fornecimento de energia mais estável, adequado, transparente e com providências efetivas. Não havendo quem quisesse discutir, passou-se à votação nominal. Vereador Edson Sousa – Voto: Sim. Vereador Branco Manga – Voto: Sim. Vereadora Roberta Araújo – Voto: Sim. Vereador Osvaldo Alves – Voto: Sim. Vereador Marcos Paulo Leitão – Voto: Sim. Vereador Edson Farias – Voto: Sim. Vereador Izanides Filho – Voto: Sim. Vereador Drô Alfaia – Voto: Sim. Resultado: Requerimento aprovado por unanimidade. Indicação nº 001/2026 – Autor: Vereador Edson Sousa, o qual indica ao Poder Executivo Municipal a adoção de providências administrativas, em regime de colaboração institucional, para reforçar o atendimento e agilizar a emissão de

históricos e certificados escolares do Ensino Médio, mediante articulação do Poder Executivo Municipal junto à Secretaria de Estado de Educação do Pará, visando viabilizar apoio temporário do Município com a cessão de dois servidores públicos municipais. Indicação nº 002/2026 – Autor: Vereador Edson Sousa, o qual indica ao Poder Executivo Municipal, a manutenção da ponte de concreto localizada na Rua 15 de Novembro, no perímetro compreendido no Bairro Marituba. Indicação nº 001/2026 – Autor: Vereador Izanides Filho, o qual indica ao Poder Executivo Municipal, a aquisição e disponibilização de poltronas reclináveis para acompanhantes em leitos de internação e observação no Hospital de Pequeno Porte Municipal de Oeiras do Pará. As indicações foram submetidas à votação nominal: Vereador Edson Sousa – Voto: Sim, parabenizando os autores das proposições. Vereador Branco Manga – Voto: Sim, parabenizando os colegas e manifestando esperança de que o Executivo atenda às solicitações. Vereadora Roberta Araújo – Voto: Sim. Vereador Osvaldo Alves – Voto: Sim. Vereador Marcos Paulo Leitão – Voto: Sim. Vereador Edson Farias – Voto: Sim. Vereador Izanides Filho – Voto: Sim. Vereador Drô Alfaia – Voto: Sim. Resultado: Indicações aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão, desejando-se a todos um boa noite e uma excelente semana.

